

Memória e percepção: sentimentos de topofilia e topofobia de atores sociais residentes do entorno do Parque Nacional do Iguaçu

Memory and Perception: Feelings of Topophilia and Topophobia among social actors residing in the vicinity of Iguaçu National Park

Memoria y Percepción: Sentimientos de Topofilia y Topofobia entre actores sociales residentes en las inmediaciones del Parque Nacional do Iguaçu

Karlen Rodrigues

Mestranda, UEM, Brasil
karlen.rodrigues@hotmail.com

Diesse Aparecida de Oliveira Sereia

Professora Doutora, UTFPR, Brasil
diessesereia@gmail.com

Camila Esser Tenfen

Mestranda, UNIRIO, Brasil
camilatenfen@hotmail.com

José Ulisses dos Santos

Analista Ambiental, Parque Nacional do Iguaçu, Brasil
jose-ulisses.santos@icmbio.gov.br

Ana Tiyomi Obara

Professora Doutora, UEM, Brasil
anatobara@gmail.com

RESUMO

O estudo da percepção ambiental em Unidades de Conservação (UC) pode auxiliar na execução de trabalhos focados em bases locais e na criação de ações de Educação Ambiental e de Gestão Ambiental efetivas. Este estudo teve como objetivo, investigar a percepção ambiental de atores sociais estratégicos, moradores do entorno de uma UC, a partir de sentimentos de topofilia e topofobia, evocados pela memória. Este estudo foi realizado durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico mediado pela Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu (PPPEA - PNI). Possui natureza qualitativa e abordagem fenomenológica, com levantamento a partir da história oral. A dinâmica de coleta de dados envolveu a apresentação de fotografias e imagens, instigando os participantes a responderem à pergunta: "O que o PNI representa para você?". A análise dos dados seguiu os pressupostos da Análise de Conteúdo e as unidades de sentido foram agrupadas em duas categorias: 1. Topofilia e; 2. Topofobia. Além disso, foi elaborada uma nuvem de palavras, configurando-se como uma análise complementar. Nas narrativas dos participantes, foram localizadas 21 unidades de sentido topofílicas, registradas 336 vezes e 5 unidades de sentido topofóbicas, registradas 38 vezes, indicando predominantemente uma representação positiva do PNI pelos participantes. No entanto, destaca-se a necessidade de ações de mitigação de conflitos no território e um maior envolvimento da população nos processos de gestão da UC. Espera-se que os resultados apresentados forneçam subsídios para a elaboração de ações educativas futuras e contribuam para a implementação do PPPEA do PNI.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção Ambiental. Unidades de Conservação. Educação Ambiental.

SUMMARY

The study of environmental perception in Protected Areas (PA) can assist in the implementation of locally focused work and the creation of effective Environmental Education and Environmental Management actions. This study aimed to investigate the environmental perception of strategic social actors, residents in the vicinity of a PA, based on feelings of topophilia and topophobia evoked by memory. This study was conducted during the development of the Pedagogical Political Project mediated by Environmental Education of the Iguaçu National Park (PPPEE - INP). It has a qualitative nature and a phenomenological approach, with data collection based on oral history. The data collection dynamics involved the presentation of photographs and images, prompting participants to respond to the question: "What does INP represent to you?". Data analysis followed the assumptions of Content Analysis, and meaningful units were grouped into two categories: 1. Topophilia and; 2. Topophobia. Additionally, a word cloud was created, serving as a complementary analysis. In the participants' narratives, 21 units of topophilic meaning were identified, recorded 336 times, and 5 units of topophobic meaning were recorded 38 times, predominantly indicating a positive representation of INP by the participants. However, there is a need for conflict mitigation actions in the territory and greater involvement of the population in PA management processes. It is hoped that the presented results will provide support for the development of future educational actions and contribute to the implementation of PPPEE of INP.

KEYWORDS: Environmental Perception. Protected Areas. Environmental Education.

RESUMEN

El estudio de la percepción ambiental en Áreas Protegidas (AP) puede ayudar en la ejecución de trabajos enfocados en bases locales y en la creación de acciones de Educación Ambiental y Gestión Ambiental efectivas. Este estudio tuvo como objetivo investigar la percepción ambiental de actores sociales estratégicos, residentes en los alrededores de una AP, a partir de sentimientos de topofilia y topofobia evocados por la memoria. Este estudio se llevó a cabo durante la elaboración del Proyecto Político Pedagógico mediado por la Educación Ambiental del Parque Nacional do Iguaçu (PPPEA - PNI). Tiene una naturaleza cualitativa y un enfoque fenomenológico, con recopilación de datos a partir de la historia oral. La dinámica de recopilación de datos involucró la presentación de fotografías e imágenes, instigando a los participantes a responder a la pregunta: "¿Qué representa el PNI para ti?". El análisis de datos siguió los supuestos del Análisis de Contenido y las unidades de sentido se agruparon en dos categorías: 1. Topofilia y; 2. Topofobia. Además, se elaboró una nube de palabras, configurándose como un análisis complementario. En las narrativas de los participantes, se localizaron 21 unidades de sentido topofílicas, registradas 336 veces y 5 unidades de sentido topofóbicas, registradas 38 veces, indicando predominantemente una representación positiva del PNI por parte de los participantes. Sin embargo, se destaca la necesidad de acciones de mitigación de conflictos en el territorio y una mayor participación de la población en los procesos de gestión de la AP. Se espera que los resultados presentados

proporcionen subsidios para la elaboración de futuras acciones educativas y contribuyan a la implementación del PPPEA del PNI.

PALABRAS CLAVE: *Percepción Ambiental. Áreas Protegidas. Educación Ambiental.*

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, a vida na Terra é sustentada por complexas interações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem, sendo que a forma física, a vegetação e a vida animal, em grande parte do tempo, foram moldados pelo ambiente que habitavam. A modificação do meio ambiente pela vida, é um fenômeno relativamente novo, sendo que foi por volta da 1ª Revolução Industrial, que o ser humano adquiriu a capacidade de exercer um impacto significativo e transformador na natureza (CARSON, 1962).

Essa centralização do ser humano na natureza, trouxe inúmeras consequências desastrosas para o planeta (SILVA; SAMMARCO, 2015). O uso exploratório do meio ambiente, sem uma projeção dos problemas ambientais, políticos e sociais que seriam desencadeados, culminaram em efeitos e mudanças que se apresentaram e foram percebidos rapidamente (CIDREIRA-NETO; RODRIGUES, 2017). Essa relação estabelecida entre ser humano e natureza ocasionou diversos desequilíbrios e impactos ambientais e sociais, como a extinção de espécies, crescimento populacional exacerbado e mudanças no clima (FRIEDE, 2022). Assim, a criação de locais destinados à proteção de áreas naturais foi fundamental na proteção da biodiversidade contra as ameaças antrópicas (COAD *et al.*, 2019).

As áreas protegidas são pilares fundamentais nas estratégias nacionais e internacionais de conservação. Esses locais desempenham um papel muito importante na proteção das espécies, na manutenção de serviços ecossistêmicos e de recursos biológicos, além de, em alguns casos, protegerem comunidades humanas ameaçadas e locais de grande valor cultural e espiritual (DUDLEY, 2008). No Brasil, as áreas protegidas incluem Reservas Legais, Áreas de Proteção Permanente, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação (UCs) (BRASIL, 2000; BRASIL, 2006; BRASIL, 2012).

As UCs são a forma mais difundida de proteção de áreas naturais no Brasil (FONSECA; LAMAS; KASECKER, 2010). Porém, com a criação destes locais, traz mudanças de status territorial, onde passam a vigorar leis e normas sobre o uso e manejo dos recursos naturais, fazendo com que o senso de pertencimento dos moradores mude, o que pode trazer efeitos negativos para a UC (CALEGARE; HIGUCHI, 2013). A existência de conflitos socioambientais pode impedir a plena gestão das UCs e o cumprimento de seus objetivos, pois, muitos conflitos surgem a partir da incompatibilidade de interesses (GARCÍA-FRAPOLLI *et al.*, 2018).

Esses conflitos de interesses, levantam inúmeros problemas sociais, políticos e econômicos, principalmente ligados ao tipo de UC, que não se resumem somente a questões de preservação da natureza (DIEGUES, 2008). A apropriação dos recursos naturais é polarizada e assimétrica, sendo que os ônus e os bônus não são distribuídos de forma equitativa, configurando-se como uma injustiça ambiental (QUINTAS, 2010).

Nesse sentido, a participação popular pode auxiliar na mitigação de conflitos inerentes à gestão, pois é considerada como expressão da legitimidade (SARLET; FENSTERSEIFER, 2014). Além disso, a participação popular e a gestão democrática afetam positivamente na aprendizagem dos sujeitos, podendo-se afirmar que “a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico” e formar para a participação é formar para a autonomia (GADOTTI, 2014, p.01).

Outrossim, é imprescindível que neste processo haja contribuição da Educação Ambiental (EA) crítica, participativa, transformadora e emancipatória (QUINTAS, 2016). Para uma concepção crítica de EA é fundamental que os temas e problemas ambientais trabalhados

partam de um contexto cotidiano da população, visando a construção de um saber ambiental crítico e investigativo, resultando num diálogo de saberes (PINTO; GUIMARÃES, 2017).

Na realização de processos educativos que tratam sobre questões ambientais, é indispensável o levantamento da percepção ambiental, pois isso pode auxiliar na execução de um trabalho focado em bases locais, propiciando resultados satisfatórios e adequados àquela realidade (CARVALHO; SILVA; CARVALHO, 2012). Cada indivíduo percebe e reage distintamente ao ambiente em que vive, e o estudo da percepção ambiental auxilia na compreensão das inter-relações entre o ser humano e a natureza, bem como, suas satisfações e insatisfações, seus anseios e suas condutas (FERNANDES *et al.*, 2004).

Os sentimentos não são receptores passivos, mas sim, construtores de entendimentos sobre o mundo, onde a percepção é moldada por experiências pessoais, históricas, culturais e em contextos específicos (MERLEAU-PONTY, 1999). Tuan (1980, p. 4) define que a “percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”, sendo que, a percepção se dá através da junção e relação de todos os órgãos dos sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato), mesmo que em alguns casos, um seja mais utilizado em detrimento de outro.

A relação entre o ser humano e o ambiente em que ele vive/convive, é moldada por experiências vividas e as lembranças de um determinado local apresentam relação direta com a percepção sobre ele, sendo que, “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar” (TUAN, 1983, p. 158). Os indivíduos, desde crianças, são imersos em um complexo sistema sensorial, que constitui-se de uma constante mudança e de um passado que se encontra registrado por meio das vivências, memórias e estímulos experienciados (HOFSTATTER; OLIVEIRA, 2019). Dessa forma, os sentidos, aliados com as experiências, definirão a percepção do indivíduo sobre o meio, de modo que, ao entrar em contato com a natureza, uma pessoa pode ter sentimentos de paz e harmonia, enquanto outra, pode sentir medo e aflição (SANTOS, 2020).

Diante do papel da memória na percepção e a partir de influências da fenomenologia, Tuan (1980; 1983) conceitua “topofilia” e “topofobia” de acordo com o modo que os indivíduos percebem e reagem ao meio ambiente que se relacionam e/ou que vivem. Topofilia é descrita como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 05), essa conexão se dá através de experiências positivas e pode levar as pessoas a protegerem e preservarem aquele local. Já a topofobia é o oposto de topofilia, e remete ao medo, aversão e desconforto sobre um local, normalmente ocasionado por experiências negativas ou por crenças culturais, levando os sujeitos a evitarem certos espaços (TUAN, 1983).

A memória proporciona um processo significativo de preservação dos sentimentos individuais em relação ao lugar onde vive ou que se relaciona, podendo ser utilizada e empregada para revigorar laços de apego emocional do indivíduo ao seu ambiente e, conseqüentemente, fortalecendo sentimentos de topofilia (DEUS; NOGUEIRA; ALVES, 2013). Desta forma e visto a importância do estudo da percepção ambiental para a criação de ações de EA e gestão ambiental efetivas, este estudo teve como objetivo, investigar a percepção ambiental de atores sociais estratégicos do entorno de uma UC, a partir de sentimentos de topofilia e topofobia evocados pela memória.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho possui aprovação no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) sob o nº 84821-1 e no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá - UEM, através do parecer nº 5.716.049.

Possui natureza qualitativa, que “lida com interpretações das realidades sociais” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008, p.23) e “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, que correspondem à relações mais profundas e de fenômenos não mensuráveis em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p. 21-22).

A abordagem da pesquisa está ancorada na fenomenologia, que tem como foco a essência do fenômeno investigado. Segundo Merleau-Ponty (1999, p. 01), a fenomenologia é “o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências”, como por exemplo, a essência da percepção e a essência da consciência. Este tipo de abordagem, inicia-se com a eliminação de preconceitos e teorias (*epoché*), seguida pela redução do que é supérfluo, criando unidades de sentido. Finalmente, o pesquisador interpreta hermeneuticamente, dando voz ao que não está evidente na linguagem do texto analisado. (ALVES; BUFFON; NEVES, 2021).

A técnica de constituição dos dados utilizada foi a história oral. Meihy (2005) aponta que a história oral pode ser utilizada no levantamento de experiências sociais de pessoas ou grupos, por meio de registros em gravações, para a compreensão de processos sociais, identidades e memórias culturais. Além disso, o autor destaca que “a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como ‘história viva’” (MEIHY, 2005, p. 19). Diante disso, o processamento dos dados se deu através de transcrições diretas de gravações de áudio, buscando-se a repercussão do vivido em todas as suas nuances, dando destaque à fala-foco dos sujeitos significativos e proporcionando uma tradução genuína da experiência vivida (DETONI, 2011).

Na fenomenologia, a escolha dos sujeitos significativos apresenta grande relevância, sendo que estes, devem possuir experiências e vivências diante do objeto de estudo (ALVES; BUFFON; NEVES, 2021). Desse modo, o público-alvo constituiu-se de atores sociais estratégicos, moradores do entorno do PNI, envolvidos na elaboração do Projeto Político Pedagógico mediado pela Educação Ambiental do Parque Nacional do Iguaçu (PPPEA - PNI). Entende-se por ator social, quem representa algo para a sociedade, podendo ser um indivíduo, grupos e até mesmo instituições e, segundo a Instrução Normativa nº19/2018, atores sociais estratégicos são “membros de populações locais, sociedade civil, órgãos públicos com atuação no território de influência das unidades de conservação e/ou nas políticas públicas de conservação da biodiversidade” (ICMBIO, 2018a).

O PNI é reconhecido como referência em EA e espaço para a geração de conhecimento (ICMBIO, 2018b). Como resultado, a UC está atualmente em processo de desenvolvimento do PPPEA, seguindo as diretrizes da Instrução Normativa nº 19/2018, que estabelece os procedimentos para a criação e implementação de PPPEAs em UCs Federais (ICMBio, 2018a). O estudo abrangeu os quatro polos estabelecidos pelo Plano de Uso Público do PNI (ICMBio, 2020), que incluem os 14 municípios adjacentes à unidade: Território 1 - Polo Cataratas (Foz do Iguaçu); Território 2 - Polo Silva Jardim (São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Medianeira, Matelândia e Santa Terezinha de Itaipu); Território 3 - Polo Rio Azul (Céu Azul, Ramilândia, Vera

Cruz do Oeste, Santa Tereza do Oeste); Território 4 - Polo Ilhas do Iguaçu e Foz do Gonçalves Dias (Capanema, Lindoeste, Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia).

Para a coleta dos dados, foi realizada uma dinâmica intitulada “Mural da Memória”. Foi solicitado que cada participante trouxesse consigo uma fotografia que respondesse à pergunta “O que o Parque Nacional do Iguaçu representa para você?”. Para os que não tinham fotografias, foram disponibilizadas imagens com diversas temáticas relacionadas ao objeto de discussão, que poderiam ser escolhidas de forma livre, de acordo com os sentimentos, condutas, satisfações e insatisfações sobre o Parque. Dessa forma, todos os indivíduos que se encontravam nas oficinas e que aceitassem participar, poderiam apresentar suas percepções. As apresentações foram realizadas ao grupo de forma oral e as conversas permitiram a compreensão dos sentimentos dos atores sociais sobre a UC.

O estudo contou com a participação de 95 atores sociais, cada um identificado por um código único (P01 a P95), preservando assim a privacidade e o anonimato. Inicialmente, a dinâmica foi desenvolvida com membros da equipe ampliada do PPPEA - PNI, atores sociais de todos os municípios do entorno da UC, atuantes diretos na elaboração do documento, desempenhando o papel de um teste piloto para a implementação da dinâmica nos territórios da UC. Posteriormente, a dinâmica foi estendida aos quatro territórios mencionados, sendo aplicada durante as oficinas de levantamento de realidade territorial, realizadas nos municípios de Capanema (Território 4), Céu Azul (Território 3), São Miguel do Oeste (Território 2) e, por fim, em Foz do Iguaçu (Território 1). Essa abordagem abrangeu representantes dos 14 municípios circunvizinhos ao PNI, consolidando uma amostra representativa e diversificada.

A análise dos dados seguiu os pressupostos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), a partir de três fases: pré análise (organização dos materiais e constituição do corpus da pesquisa); exploração do material (operações de codificação e categorização) e; tratamento dos resultados (criação de significados). As unidades de sentido foram agrupadas em duas categorias, criadas a partir dos conceitos levantados por Tuan (1980; 1983) e já abordados anteriormente nesta pesquisa: 1. Topofilia (elo afetivo entre o indivíduo e o lugar) e; 2. Topofobia (sentimentos desagradáveis e negativos).

Além disso, foi elaborada uma nuvem de palavras, utilizando o gerador online gratuito *WordClouds.com*. Constituído-se como um leque semântico das palavras mais evocadas, as nuvens de palavras trazem uma análise lexical simples, mas relevante, por permitirem a identificação das palavras mais expressivas do corpus textual (MARQUES *et al.*, 2018), configurando-se como uma análise complementar neste estudo. Para isso, foram incluídas palavras evocadas mais de dez vezes nas apresentações e excluídas palavras comuns à língua portuguesa, possibilitando uma “representação limpa”, mantendo somente as palavras que carregam sentidos e significados, conforme sugerem Vilela, Ribeiro e Batista (2018).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, serão apresentados os resultados provenientes da nuvem de palavras, gerada a partir das transcrições das apresentações dos participantes durante a dinâmica do Mural da Memória. Posteriormente, em dois tópicos, serão expostos os resultados relacionados aos sentimentos de topofilia e topofobia expressados pelos atores sociais na realização da dinâmica.

(uso, não uso, quem usa, quando e como usa). O autor chama a atenção para os segmentos da sociedade que sempre ficam com o ônus e são excluídos dos processos decisórios, pois, comumente, os benefícios e os custos do uso e da intervenção do meio ambiente, são distribuídos de forma assimétrica. Diante disso, cabe ao Poder Público praticar a Gestão Ambiental Pública (GAP) a construção de consensos na destinação dos recursos, dentro do limite de lei permitido (QUINTAS, 2007).

O Plano de Manejo do PNI reconhece a falta de envolvimento da população do entorno com a gestão e conservação do PNI e apontam como uma necessidade o planejamento e o desenvolvimento de mais atividades em todos os municípios visando a descentralização da visitação e associação da UC somente às Cataratas (ICMBio, 2018b). Por conseguinte, o Plano de Uso Público da unidade apresenta oportunidades de visitação e experiências de imersão na natureza em todo o território (ICMBio, 2020). Ressalta-se que também é atribuído ao PPPEA o dever de envolver toda a comunidade do entorno em ações educativas estabelecidas a partir do levantamento dos problemas, conflitos e potencialidades socioambientais da UC.

Na análise da Nuvem de Palavras, também é possível perceber algumas similaridades entre os termos. Muitos léxicos referem-se à educação, como o próprio termo “educação” (n: 37), e outros, como “Educação Ambiental” (n: 35), “escola” (n: 29), “conhecer” (n: 28), “formação” (n: 15), “alunos” (n: 13), “faculdade” (n: 11) e “consciência” (n: 10).

Percebe-se, ao longo das evocações, o reconhecimento da importância da EA pelos participantes. Ao realizar um resgate histórico das ações educativas realizadas no PNI, Borba, Cunha e Xavier (2017) identificaram que a unidade preocupa-se com o desenvolvimento de ações educativas em todo o território desde a realização do primeiro Plano de Manejo e das primeiras discussões da EA no Brasil, por volta da década de 1980.

Destaca-se que as ações de EA desenvolvidas nestes locais, sejam em caráter formal ou não formal, devem ir além de aspectos ecológicos e conservacionistas, formando sujeitos protagonistas e emancipados, que participem do processo de construção de uma sociedade solidária, justa e ética (RUSCHEINSKI, 2007). Quanto mais criticidade as ações de EA trouxerem aos sujeitos, mais democrática e permeável ela se tornará e, ao ser democrática, estará mais conectada à realidade em que está inserida, junto aos moradores, se tornando mais efetiva (LOPES; ABÍLIO, 2021).

Também observa-se proximidade em termos relacionados à preservação e o contato com áreas verdes, como “ambiental” (n: 58), “natureza” (n: 58), “rio” (n: 39), “animais” (n: 32), “trilha” (n: 32), “contato” (n: 28), “ambiente” (n: 26), “importância” (n: 21), “onça” (n: 20), “meio ambiente” (n: 19), “passeio” (n: 19), “mata” (n: 18), “água” (n: 17), “preservar” (n: 16), “aves” (n: 15), “visitar” (n: 14), “conservação” (n: 13), “animal” (n: 11), “preservação” (n: 11), “bicho” (n: 10), “cuidar” (n: 10), “fauna” (n: 10), “gestão” (n: 10), “mato” (n: 10) e “responsabilidade” (n: 10).

Foi possível perceber, nas apresentações, que a maioria dos atores sociais reconhecem a importância da preservação e sentem-se beneficiados por terem um contato tão próximo à natureza, resultante da existência do PNI. Falando sobre as vantagens de áreas verdes, Santandes e Obara (2022) citam o aumento de atributos de paisagens, como enriquecimento da fauna, regulação climática e da umidade do ar, bem como, o significativo papel psicológico e impacto emocional que o contato com a natureza proporciona aos indivíduos, contribuindo para a redução do estresse. Muitos participantes expõem esse sentimento, conforme exemplos:

[...] A gente sabe que quando olha pro verde, a natureza transmite paz, a gente tem um certo conforto até espiritual, devido aos nossos trabalhos às vezes a gente tá um pouco exaustivo, a gente tem esse descanso. (P34 - Território 3)

[...] pra mim é uma sensação de bem-estar, eu me sinto renovada. Quando eu tô estressada, tô ansiosa, quando eu tô com alguma coisa pra resolver no meu serviço que tá difícil de achar uma saída, uma solução, ou tipo, tem lá um parecer técnico pra fazer e ele é complicado, eu vou caminhar no parque e de repente vem aquele insight. (P39 - Território 3)

[...] A sensação de cura que isso traz também, porque eu acho que a adolescência de Foz, uma cidade na década de 90, a maioria só sobreviveu por causa das cachoeiras alternativas e na própria visita as cataratas, de uma maneira que deixava a gente pertencente ao Parque. (P94 - Território 1)

Ao pesquisarem a representação de uma UC por moradores do entorno, Silva, Cândido e Freire (2009) concluíram que esta é vista como uma instituição de preservação do meio ambiente, que traz bem-estar e segurança, resultado exposto também neste estudo, por muitos participantes. Além disso, os autores destacam que os participantes sentem-se seguros por ter um órgão público que fiscaliza a região, protegendo suas propriedades de intervenções externas. Neste mesmo sentido, um participante da presente pesquisa relatou:

[...] Nossos amigos, posso falar que são amigos, porque conheço muitos servidores, na questão da Polícia Ambiental, além deles proteger o Parque Nacional, também nos protegem. Somos lindeiros ao parque, então tem muitas ações, os ladrões são evitados com essas pessoas. É difícil pra eles também porque o Parque Nacional tem mais de 180 mil hectares, é uma área muito grande pra eles cuidarem e precisam de nós ali também como olheiros, né? Então muitas vezes a gente consegue informar eles quem tá entrando, caçando no Parque Nacional. Então, os lindeiros ajudam a proteger o parque. (P57 - Território 2)

Verificando-se as similaridades léxicas expostas na Nuvem de Palavras, foi possível realizar um panorama geral das percepções e sentimentos atribuídos pelos participantes ao PNI, configurando-se como um instrumento de análise inicial importante neste trabalho.

3.2 Topofilia

Em relação às representações de sentimentos topofílicos, foram localizadas 21 unidades de sentido, que foram agrupadas conforme o número de registro (n°) no quadro 1. O n° refere-se ao número de participantes que evocaram o sentimento durante a apresentação da dinâmica Mural da Memória, respondendo à pergunta “O que o Parque Nacional do Iguaçu representa para você?”.

Quadro 1- Unidades de sentido evocadas na categoria Topofilia.

n°	Unidades de Sentido	Descrição
46	Conexão com a natureza	Contemplação e contato direto com o ambiente natural; apreciação da beleza e harmonia presentes na natureza e no PNI.
41	Consciência ambiental	Senso de responsabilidade ambiental; percepção e compreensão da importância de preservar o meio ambiente.
28	Relações familiares e afetivas	Memórias, experiências e laços afetivos vivenciados junto a seus familiares e entes queridos no PNI.
26	Nostalgia e conexão emocional	Saudade e apego emocional, desencadeado por memórias e experiências passadas com relação ao PNI.
23	Conhecimento	Valorização e apreço em relação à riqueza de informações, saberes e experiências que o PNI oferece, contribuindo para a ampliação do conhecimento.
23	Pertencimento	Identificação e conexão com o PNI, onde o indivíduo se sente parte integrante da comunidade ou do ambiente.
16	Renovação de energias	O PNI é percebido como uma fonte de recarga emocional, mental e física e proporciona uma sensação de tranquilidade, paz e bem-estar.
16	Gratidão	Sentimento de agradecimento em relação ao PNI ou alguém relacionado à ele.
15	Emoção	O sentimento é desencadeado por experiências marcantes, memórias afetivas ou pela beleza do PNI.
15	Mudança, recomeço e reconexão	Capacidade do PNI de influenciar experiências e emoções. Quando o lugar representa um novo começo na vida. A reconexão com o local pode gerar uma sensação de reencontro consigo mesmo, com suas memórias e experiências passadas
12	Realização profissional	Satisfação com as conquistas e sucessos profissionais alcançados por/no PNI. O lugar foi o cenário onde ocorreram realizações significativas, e onde há realização na trajetória profissional.
11	Potencial turístico	Valorização e apreço pelo PNI devido às suas atrações, belezas naturais, históricas, culturais ou recreativas que o tornam atraente para visitantes e turistas.
11	Valorização histórica e cultural	Apreço e respeito ao PNI ou povos originários/indígenas que habitavam o local, devido ao seu significado histórico, patrimônio e identidade cultural.
9	Sorte e privilégio	Reconhecimento do PNI, devido às oportunidades, benefícios ou vantagens que os indivíduos experimentam por estar naquele local.
9	Admiração	Apreço e encantamento pelo PNI, desencadeado pela beleza, singularidade ou grandiosidade do local.
8	Integração	Os indivíduos se sentem parte ativa da comunidade ou do PNI, se envolvendo e se identificando com as atividades, pessoas e instituições da região.
7	Esperança	Otimismo e expectativa positiva sobre o PNI ou uma questão ambiental.
6	Desenvolvimento e fonte de renda	Valorização do PNI, reconhecendo-o como um motor de crescimento econômico e progresso para a comunidade local.
6	Missão e propósito	Profundo significado e identificação com o PNI ou questão específica, onde os indivíduos sentem que suas vidas estão alinhadas com uma missão ou propósito maior associado a isso.
4	Segurança	Sentimento de proteção que as pessoas experimentam pela existência do PNI.
4	Inspiração	Estímulo criativo e emocional, desencadeado pelo estímulo do PNI à imaginação, despertando novas ideias e incentivando a expressão artística.

Fonte: Autoria própria, 2023.

Seis sentimentos topofílicos foram evocados por mais de 20 participantes e ganham destaque nesta pesquisa: conexão com a natureza; consciência ambiental; relações familiares e afetivas; nostalgia e conexão emocional; conhecimento e; pertencimento.

A representação mais expressada pelos participantes foi a conexão com a natureza e com o PNI (48,9% dos participantes), referindo-se ao apreço dos participantes pela

oportunidade que o Parque oferece de contemplação e contato direto com o ambiente natural e apreciação de belezas cênicas e rica biodiversidade, já brevemente discutido no tópico anterior. Algumas falas exemplificam como os participantes se conectam com o PNI, valorizando as experiências proporcionadas pelo ambiente natural:

[...] moro do ladinho do parque, tem a BR só que nos separa, porque a minha casa realmente é na beira do parque mesmo, na porta da minha casa. Lá em casa a gente tem muito essa questão ambiental também, vem os tucanos, porque a gente tem muita frutinha lá em casa, então vem os tucanos, comer frutinha, tem pica-pau e a gente fica 'ai que legal', as minhas filhas também. (P13 - Território 3)

[...] Eu sempre amei insetos e aqui é o paraíso de quem gosta. São coisas que eu nunca tinha visto, insetos que eu nunca tinha visto. E aí cada dia é uma descoberta. É muito legal nesse sentido. (P15 - Território 1)

[...] Essa foto é da edícula da minha casa, eu sou privilegiada com isso daqui todos os dias. Eu gosto muito, às vezes eu levanto, no verão levanto às vezes cinco e meia da manhã, sento ali, tomo meu chimarrão e fico olhando. Pra mim é a mesma coisa que quando cê vai numa praia, se senta lá na beira da praia fica olhando aquele mar sem fim, eu sinto a mesma sensação olhando ali pra mata. Faz uns dois anos que eu tô morando ali, eu morava na cidade, aluguei minha casa e tô morando agora dois anos, mas não saio dali tão fácil. É muito bom. Olhar pra natureza. (P48 - Território 2)

Tuan (1980) evidencia que o contato físico com ambientes naturais têm se tornado cada vez mais indireto, sendo este envolvimento, predominantemente, mais recreacional do que vocacional. O autor afirma que o turismo não estabelece uma verdadeira conexão entre o homem e a natureza e que a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está associada à lembranças. Desse modo, a proximidade e o contato direto com o PNI, resultando em experiências e memórias afetivas, pode alcançar um “despertar profundo para a beleza ambiental” que vai além de um mero contato superficial com a natureza (TUAN, 1980, p. 110).

Os atores sociais demonstraram em suas falas grande consciência ambiental (43,6%), manifestando senso de responsabilidade ambiental e compreensão da importância da conservação e preservação do meio ambiente, reconhecendo no PNI grande potencial para tal feito, conforme seguem algumas narrativas que evidenciam a percepção e a responsabilidade dos atores sociais envolvidos no estudo:

[...] eu entendo a importância dessa vegetação em pé, eu entendo como corredor de biodiversidade, independente da denominação, de parque ou de não parque. Mas é um fragmento de vegetação considerável, então eu entendo dessa forma. (P10 - Território 1)

[...] O Parque Nacional, pra mim, não é só aquela área que está limitada, ele tem as nascentes que começam, tem as bacias hidrográfica completa, tem os corredor ecológico, tem um monte de coisa que compõem o parque. (P29 - Território 4)

[...] a natureza é muito importante pra nossa vida. A gente não tem vida se a gente não tem a natureza. Então mostrar pros filhos a importância, pra eles levarem isso pra frente, eu acho que é o início da vida pra eles e pra gente. (P43 - Território 2)

O respeito ao meio ambiente ocorre a partir da consciência ambiental e a capacidade de perceber está intrinsecamente ligada ao interesse pelo objeto de percepção, sendo que isso se dá através do conhecimento, da cultura, dos valores e da ética relacionada a esse objeto (SILVA; SAMMARCO, 2015). Leff (2011) destaca que o saber ambiental é essencial para o desenvolvimento da consciência ambiental. Esse saber engloba várias perspectivas sobre o meio

ambiente, incluindo conhecimentos científicos, saberes indígenas, tradicionais, culturais e filosóficos, sendo uma abordagem interdisciplinar que busca compreender a complexidade entre ser humano e a natureza (LEFF, 2011). Dessa forma, destaca-se a importância do saber ambiental na conservação e preservação dos bens naturais e das UCs.

Muitos participantes (29,8%) atrelam a representação do Parque em suas vidas à família e entes queridos, como amigos. Há uma forte conexão emocional com memórias de infância, ou experiências recentes de imersão na natureza, que são atreladas às relações afetivas, de acordo com algumas evocações:

[...] Nessa foto tá toda a minha família. Aonde eu estou? Eu sou o bebê, esse bebezinho aqui no colo, eu tinha um aninho de idade e essa é uma das minhas primeiras fotos, porque naquela época não tinha tanta fotografia, uma das primeiras fotos da minha vida, e foi aqui no parque, ali nas Cataratas, quando ainda tinha a passarela da guarita. Pra mim o parque representa a família, representa a minha vida, porque é a minha trajetória de vida. (P13 - Território 3)

Essa foto é de um prato de louça, neste prato estão meu pai e minha mãe, no dia 24 de dezembro de 1972 e eu nasci dia 8 de janeiro de 1973. Então meu primeiro contato com as cataratas e com o parque foi dentro da barriga da minha mãe. Depois que eu comecei a entender isso, eu comecei entender porque eu sou tão ligada ao parque. (P18 - Território 1)

[...] eu cresci, e o amor que tenho pelo Parque Nacional, foi o que o meu pai e minha mãe também me passaram, o meu pai falava, “cê tá vendo essa mata? É essa mata que cuida da nossa água, essa mata que cuida dos nossos animais”, então eles me transmitiram esse sentimento. (P45 - Território 2)

Erhabor e Oviahon (2018) avaliaram a influência das relações familiares e da atitude ambiental nos comportamentos ambientais de estudantes e concluíram que as relações familiares apresentaram maior influência, indicando que indivíduos que apresentam boas experiências familiares, tendem a agir melhor ecologicamente e demonstrar preocupação com o meio ambiente. Isto reafirma o exposto por Tuan (1983, p. 37), que aponta que “o lugar pode adquirir profundo significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos” e o primeiro ambiente das crianças são seus pais, sendo que a família e a cultura apresentam papel significativo na formação de atitudes, comportamentos e percepções em relação a um lugar.

Muito atrelado ao sentimento anterior, mas não remetendo exclusivamente à família, a nostalgia e conexão emocional (expressa por 27,7% dos participantes), remete à saudade e apego emocional, desencadeado por memórias e experiências passadas com relação ao PNI ou vivenciadas nele. Destacamos algumas falas que evidenciam a conexão emocional e as lembranças afetivas relacionadas ao PNI:

[...] Era um momento que eu tinha chegado em Foz do Iguaçu, tinha superado algumas dificuldades na vida, tava em um relacionamento novo, meu filho tava aqui, ele tava super feliz, uma foto que representa um dos momentos mais felizes que eu tenho de história de vida. É um recomeço. Então esse é um bom momento, e foi aqui. Toda vez que eu sinto que “poxa, não tá tão legal” eu busco na minha memória aquele sentimento que eu tive naquele dia, naquele momento, que foi um momento super marcante pra gente. (P04 - Território 1)

[...] A nossa conexão com o parque é mais histórica, então a gente trouxe fotos da época que o parque era colonizado. Quando a gente fala hoje do parque, lá na nossa comunidade, é aquele lado mais sentimental, da luta que os nossos pais tiveram, depois abriram o parque. [...] Nossa parte é mais histórica. Uma única memória viva

que a gente ainda tem, na nossa comunidade hoje é o sino da igreja, ele veio do Parque. (P54 - Território 2)

[...] Foi final de 74, que começou, então em 74 eles vieram pra cá. [...] a gente tem muito essa memória, então o que que significa o parque pra nós? O início da nossa vida. (P55 - Território 2)

Halfacre (2015) aponta que a inspiração dos indivíduos pela preservação de ambientes ameaçados, pode ser explorada além do orgulho pelo lugar, mas também pelo orgulho do passado, por meio da nostalgia. Nesse sentido, Zhang, Gong e Jiang (2021), destacam que as pessoas tendem a valorizar e atribuir significados em memórias nostálgicas e concluem, a partir dos resultados da pesquisa, que os sentimentos de nostalgia podem resultar em ações pró-ambientais.

O conhecimento, mencionado por 24,4% dos participantes, refere-se ao valor atribuído pelos participantes ao potencial educativo que o PNI oferece, reafirmando a possibilidade de desenvolvimento de várias ações, para diversos públicos, buscando uma sensibilização e conscientização dos sujeitos para as questões ambientais. Apresentamos, assim, algumas falas que ressaltam como o conhecimento adquirido ao visitar e interagir com a UC, pode contribuir para a compreensão da importância da conservação e preservação do meio ambiente:

Peguei uma imagem, pra falar sobre a importância do conhecer. Pra gente preservar, a gente precisa conhecer. Em relação a situação de conhecer e criar essa conexão com o parque, as Escolas Parque precisam ser reativadas. Se tem as Escolas Parque, por que parou? O quanto que esses moradores viraram preservadores, defensores, então acho que a gente precisa voltar isso aqui. (P64 - Território 2)

[...] estar imerso na natureza é uma coisa que consegue frear esse progresso, essa velocidade do tempo e a observação de aves tem uma possibilidade muito profunda da educação ambiental, no sentido, de que você vai olhar a natureza pelo que ela é. (P84 - Território 1)

[...] acredito que esses locais possam servir no que diz respeito à educação ambiental. [...] Meu sentimento é esse, que essas áreas possivelmente poderiam servir com esse cunho. (P93 - Território 1)

Tamaio e Layrargues (2014) afirmam que UCs que possibilitam amplo acesso da população, ampliam significativamente o conhecimento científico sobre a biodiversidade do ambiente protegido, assumindo um papel importante na sensibilização, conscientização e mobilização social dos cidadãos para a defesa do meio ambiente. Os autores destacam também que este contato próximo desempenha um papel fundamental na formação de uma ética ecológica, que questiona o antropocentrismo e a visão utilitarista da natureza.

Por fim, o sentimento de pertencimento, evocado por 24,4% dos participantes, demonstra grande identificação e conexão com o PNI, onde os sujeitos sentem-se parte integrante da comunidade e da UC. Alguns participantes compartilharam suas experiências pessoais em relação à identificação com a UC:

[...] A primeira vez que eu vim foi a passeio, não tinha isso aí de pertencimento, talvez hoje, porque eu tô morando aqui, também da parte profissional, hoje eu já me sinto dentro desse programa, da equipe, de tá fazendo algo pro parque mesmo, não simplesmente vir pra contemplar. (P02 - Território 1)

Eu trouxe uma foto de uma sessão de contação de histórias que eu fiz. [...] Isso aqui também foi uma sessão de fotografia, e quando eu comecei pensar numa forma de

montar um portfólio pra vender o meu trabalho como artista, nada mais justo, eu sou daqui, nasci aqui e eu gostaria de fotografias que registrassem o local onde eu pertenço, onde eu sinto que eu pertenço. (P11 - Território 1)

[...] de tempos em tempos viemos a passeio, é insuperável, a gente pode ter nascido aqui, pode ter vindo várias vezes, mas é sempre uma emoção, a gente tem um carinho, eu tenho um carinho especial, já tenho esse sentimento de pertencimento, por ser daqui [...] mas agora muito mais, porque você sendo protagonista, de certa forma, nem que seja uma pequena contribuição, a gente já se sente mais pertencente (P16 - Território 1)

A experiência vivida em um determinado lugar pode consolidar uma relação de afetividade entre o indivíduo e o meio, tornando-se mais forte à medida que esta relação torna-se mais duradoura e essas memórias e relações podem desencadear o sentimento de pertencimento do sujeito com o lugar vivenciado (SANTOS; LIMA, 2020). Isso foi ressaltado nas evocações de alguns participantes, que compartilharam experiências para demonstrar o quanto se sentem pertencentes ao PNI e o valorizam.

3.3 Topofobia

Na interpretação hermenêutica dos sentimentos topofóbicos evocados, foram levantados cinco sentimentos: preocupação; limitações de uso e distanciamento; mágoa e frustração; tristeza e; medo e insegurança. Destaca-se que, na literatura, a topofobia é apresentada como uma aversão ao lugar (TUAN, 1983), porém, na presente pesquisa, englobou-se todos os sentimentos melancólicos e negativos evocados, não resultando, necessariamente, em uma aversão ao local de estudo.

Quadro 1- Unidades de sentido evocadas na categoria Topofobia

n°	Unidades de sentido	Descrição
9	Preocupação	Apreensão e inquietação quanto ao futuro do PNI e de áreas verdes em geral, devido ações prejudiciais ou falta de conservação adequada.
8	Limitações de uso e distanciamento	Desconforto causado pelas restrições de acesso ou uso de áreas dentro do PNI que antes costumavam ser abertas ao público.
8	Medo	Apreensão ou temor relacionado a riscos à saúde ou segurança no PNI, como a presença de animais perigosos ou histórico de acidentes.
7	Mágoa e frustração	Ressentimento em relação a experiências passadas ou percepções negativas com o PNI
6	Tristeza	Melancolia e desânimo com o PNI ou ações ocasionadas a ele.

Fonte: Autoria própria, 2023.

O sentimento de preocupação, evocado por 9,6% dos participantes, está relacionado a questões ambientais, sociais e de preservação do PNI e do seu entorno. As principais preocupações abrangem a insegurança quanto ao futuro do parque e as mudanças ambientais, como o desmatamento e a perda de áreas verdes, a preocupação com o equilíbrio entre o turismo e o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a dificuldade em envolver a população em ações de preservação e cuidado com o meio ambiente, conforme apontado por alguns participantes:

[...] o meu objetivo é que os bichos parem de ser atropelados aqui dentro. Não deveriam nem acontecer atropelamentos aqui dentro, mas é bem comum. Já teve um jacaré atropelado aqui dentro, teve que ser morto lá no batalhão, e pra matar um jacaré não é bem assim né? Então essa é a minha relação com o Parque Nacional. Em

cálculo de 2021, se fez uma estimativa [...], o cálculo que eu fiz do ano passado, a taxa de atropelamento é 18 animais por dia. Só nesses doze quilômetros. (P12 - Território 1)

[...] Outra situação dessa foto é que eu vi uma pesquisa, tem um tempo, não lembro quanto, mas acho que faz mais de um ano, que eles colheram várias amostras de Curitiba até a das Cataratas e todas as águas deram contaminantes. Nenhuma passou em processo, então eu fiquei bem preocupada que eu falei, “nossa lugar tão lindo e nem a amostra que eles colheram ali nas Cataratas ela aprovou”. Tinha muita irregularidade, que a gente tá vendo, pelo desmatamento, pelos agrotóxicos, pelos pesticidas. (P34 - Território 3)

[...] Todo mundo falando coisas boas e boas e boas do parque, mas infelizmente o nosso parque ainda sofre muito com a caça, tá gente? é uma realidade que dói, dói muito, porque nós temos a nossa mata, os nossos bichos, os nossos rios. (P47 - Território 3)

A preocupação ambiental está muito interligada ao grau em que as pessoas se sentem pertencentes ao ambiente natural (SCHULTZ, 2000). Porém, Tam e Chan (2018) apontam uma lacuna entre a preocupação e o comportamento, identificando que nem sempre pessoas que se preocupam, apresentam comportamentos pró-ambientais. Nesta perspectiva, Beck e Pereira (2012) destacam que os indivíduos que apresentam preocupações antropocêntricas (centradas no bem-estar humano) demonstram atitudes menos preocupadas com a preservação da natureza em comparação àqueles que têm valores ecocêntricos (centrados no bem-estar da natureza e dos seres vivos em geral). Salienta-se que, a maioria dos participantes da presente pesquisa, apresentam valores ecocêntricos, e se preocupam com a preservação do PNI e de toda a biodiversidade.

As limitações de uso e o distanciamento, apresentado por 8,5% dos participantes, refere-se ao desconforto ocasionado pelas restrições de acesso, uso de áreas ou recursos do PNI, que antes costumavam ser abertas ao público e acessíveis. Destacamos algumas falas que representam este sentimento:

[...] o parque você não pode entrar lá dentro ou tem que ir com uma empresa determinada. Mas o que me deixa pensando é que lá na Amazônia eles utilizam o açai, que é o palmito, que é o Jussara, eles usam a semente como produção. Aqui nós temos um parque, que acho que tem mais palmito do que árvore. E poderia haver um uso [...] Cê num pode tirar nenhuma muda, mesmo samambaia, nada, você não pode. (P33 - Território 4)

[...] Então a gente acompanhou todo o processo, de quando podia entrar no parque livremente, fazer churrasco e esse processo que hoje a gente tem que ir todo certinho. [...] O parque era teu, e tu era do parque, porque não tinha tanta restrição. [...] Se a gente colocar restrição e não levar as nossas crianças, não apresentar o parque, as nossas crianças não vão amar como nós amamos, como nós aprendemos a respeitá-lo. (P45 - Território 2)

[...] Eu era da época que entrava com o carro, que atravessava, não pagava, porque a gente conhecia todo mundo lá dentro, sou dessa fase. Até que um dia chegou lá, aquele centro de recepção, com ônibus, aí virou um saco. (P68 - Território 1)

Loureiro e Cunha (2008) salientam que os critérios e normas que instituem as UCs, negam a interação entre grupos dentro do espaço protegido e, por esse motivo, os moradores do entorno foram excluídos da gestão desses locais e são afetados direta, ou indiretamente, pelas restrições de uso, ainda mais evidentes nas UCs de Proteção Integral, como no caso do PNI, provocando uma percepção negativa sobre esse lugar. Buscando a mitigação desse conflito,

os autores supracitados destacam que a gestão participativa, ancorada na EA crítica, emancipatória e popular, pode promover um diálogo aberto e inclusivo e permitir a negociação de interesses de diversos grupos, construindo estratégias conjuntas para a preservação do meio ambiente e o bem-estar e a autonomia das comunidades.

Percebe-se, na fala de alguns participantes, que os moradores não compreendem as atribuições e limitações da UC, comprovando que a maioria das pessoas não conhece as especificidades de cada categoria de manejo e muitos nem sabem que estão vivendo próximas ou até mesmo dentro de uma UC (SILVA; OLIVEIRA; MELLO, 2021). O exemplo dado pelo participante P33, é decorrente da permissão de uso dos recursos naturais em UCs, principalmente na categoria Reserva Extrativista, cuja subsistência baseia-se no extrativismo, protegendo meios de vida e a cultura das populações e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Dessa forma, destaca-se a necessidade de ações educativas voltadas à sensibilização e ao conhecimento da população sobre o que pode e o que não pode ser feito dentro da unidade, diante das leis que regem esses atributos.

Além disso, verificou-se nas narrativas, que o PNI, antes totalmente aberto à população, tornou-se acessível somente aos que podem pagar para visitá-lo, conforme evidencia Vencatto (2010), lembrando que, em 1998, ocorreu a concessão do Parque pela empresa Cataratas S/A, que investiu milhões na construção de centro de visitantes, ônibus elétricos, lojas e restaurante panorâmico, privatizando o Parque e tornando seu acesso mais restrito, devido aos valores exorbitantes cobrados.

Evocada por 7,5% dos participantes, a mágoa e frustração é entonada pelo ressentimento dos atores sociais em relação às experiências passadas que tiveram relação estreita com o PNI, principalmente ligado à desapropriação dos moradores da UC, resultando em uma percepção negativa sobre ele, conforme segue:

[...] As fotos que a gente trouxe aqui, já deles desenvolvendo, todo mundo tinha chiqueiro, tinha vaca, já tinha tudo, terra que eles tinham trabalhado em cima e aí teve que sair depois. [...] depois veio a Itaipu, e também, muitas dessas famílias até hoje não conseguiram mais um pedaço de terra, o meu pai tinha 8 alqueires de terra que ficaram embaixo d'água e que depois com a indenização ele conseguiu comprar 3 e ficou por isso, depois nunca mais, né? Essa é nossa história. (P55 - Território 2)

[...] Muitas vezes a gente sente, podemos falar assim, mágoas, porque tudo aquilo que a gente tinha, tudo aquilo que fazia parte da nossa vida, da natureza, dos animais, das plantas, das medicinas, nós fomos os povos originários até o momento. Não temos mais acesso a esses recursos que fizeram parte da nossa vida. [...] A gente tem uma mágoa, mas também tem uma história pra contar. (P56 - Território 2)

Nessas narrativas, temos a desapropriação vista por dois grupos: agricultores e indígenas. Ambos foram desapropriados do PNI na década de 1970. Vencatto (2010), problematizando, a partir de memórias, o processo de expropriação dos agricultores que viviam no Parque, levanta que o processo trouxe a desestabilização de muitas famílias, desconstituiu relações de vizinhança e desqualificou trajetórias e experiências de vida. O autor destaca que as narrativas dos antigos moradores expressam misturas de sentimentos e ressentimentos, que deixaram muitas marcas em suas vidas, pois, após trabalharem para construir suas comunidades, foram desapropriados e tiveram que recomeçar tudo do zero.

Em relação à desapropriação dos indígenas Avá-Guarani, Alcântara *et al.* (2019) afirmam que houve a desconsideração da presença e invisibilização dos indígenas que tiveram seus territórios usurpados, trazendo danos que são sentidos pelos indígenas até hoje. Os autores

comentam que os agricultores desapropriados receberam indenizações e foram reassentados, o que não se verificou com as comunidades indígenas, que simplesmente foram expulsas do PNI, de forma violenta e intimidadora.

Uma outra participante, demonstrou um sentimento de mágoa e frustração sobre a caça ilegal, conflito ainda muito recorrente no PNI:

[...] O meu pai era caçador e alimentava a família com a carne de bicho, diferente de hoje que é um comércio, a gente sabe que é um comércio, a gente tem provas que hoje em dia as pessoas entram dentro da mata pra caçar, matar, pescar, tirar palmito pra vender, pra comercializar. Não pra alimentar a sua família. Antigamente era assim, nossos pais, nossos avós, eu fui criada assim. E hoje em dia com tanta facilidade que a gente tem, aviários, suinocultura, boi, é tão fácil você adquirir, mas ainda infelizmente muitas pessoas insistem nisso daqui. (P47 - Território 3)

Bertrand *et al.* (2018) apontam que a redução de equipes de fiscalização, a grande área a ser monitorada e as retaliações feitas aos lindeiros denunciadores das práticas, estão entre os maiores desafios da mitigação da caça furtiva dentro do PNI. Os autores apresentam quatro elementos chave na redução da prática na UC em questão, sendo estas, a presença contínua de pesquisadores dentro da unidade, patrulhas rotineiras de servidores e policiais em toda a extensão, conscientização e EA efetiva nas comunidades e estratégias de mitigação da pobreza.

A tristeza, apontada por 6,4% dos participantes, advém de experiências passadas vivenciadas pelos indivíduos, dos problemas ambientais em geral e também das ações ocasionadas ao Parque. Seguem algumas falas que refletem a tristeza nos mais diversos aspectos:

Eu escolhi essa foto até porque pra mim representa uma história bem triste, ao mesmo tempo, de que a comunidade indígena tem uma longa história também referente a essa área. [...] não me lembro certinho o ano, mais ou menos até 2005, 2006, foi tentada uma nova retomada com o parque, mas não deu sucesso, porque existem muitas leis que amparam, trazem direitos, mas que ao mesmo tempo prejudicam a nossa população, nossa cultura. (P56 - Território 2)

[...] Porque hoje em dia, em vez de a gente falar mais de vegetação, estamos falando mais de desmatamento, queimadas. [...] quando a gente vê na TV, nos jornais, aquela queimada desmatando a natureza, deixando tantos animais mortos, fico triste por isso. Os animais mortos atropelados, que culpa os animais têm? eles estão na mata, enquanto isso os humanos, por que o que que adianta você colocar na placa que existe ali os animais, porque os animais pra sobreviver não precisava de placa, não precisava ter que reduzir velocidade de carro, e hoje em dia, diariamente, quantos animais estão se perdendo, atropelados, por caçadores. (P66 - Território 2)

Percebe-se que este sentimento aparece de forma mais intrínseca nas falas dos participantes, sobrepondo-se por outros sentimentos topofóbicos, como a preocupação e o ressentimento. A tristeza é vinculada à um objeto particular e tende a se apagar quando o indivíduo experiencia outro sentimento, normalmente é associada como um sintoma e na fenomenologia não recebe muito destaque, uma vez que não corresponde à experiência original que permeia a existência dos sujeitos (SOUZA; MOREIRA, 2018). Porém, na presente pesquisa, este sentimento apresentou-se como uma importante demonstração da representação do PNI aos participantes, por esse motivo, recebe destaque juntamente com às outras topofobias.

O medo e a insegurança foi apresentada por 8,5% dos participantes, dizem respeito à apreensão, insegurança ou temor ligado ao PNI, principalmente relacionado à presença de animais perigosos, sendo a mais citada, a onça pintada, como apontado pelos participantes:

[...] Eu morro de medo, nunca fui dentro do parque e nem vou, não pretendo ir. (P30 - Território 3)

[...] todo mundo vem falando bem do parque, eu quando fala Parque Nacional do Iguaçu, vem direto na minha cabeça esse bichinho aqui [onça]. Eu adoro natureza, adoro, mas não me convide pra ir no parque gente. Eu não gosto. Eu tenho muito medo, meu marido anda de bicicleta e se deparou com uma Puma, eu falei que se fosse eu tinha tido um ataque cardíaco. Todo mundo fica falando lindo, que é isso que é aquilo, mas o meu medo é isso aqui. (P40 - Território 3)

[...] Lembro que era final de tarde, tava sentada e ouvi aquele barulho, quando ouvi saí correndo e ela saiu correndo pro outro lado. Daí nisso nunca mais vi, não escuto, nem os vizinhos e a gente está vendo agora que elas estão voltando, fortemente, porque elas não tem comida dentro do parque, então tão matando cachorro, galinha, cavalos, tudo mais. [...] esse caminho é perigoso, porque elas estão atuando, semana passada entraram na minha fazenda, pertinho. (P53 - Território 2)

Tuan (2005) aborda que os medos são experienciados pelos indivíduos de forma subjetiva, sendo que um lugar que traz esse sentimento para um sujeito, pode não trazer à outro, da mesma forma que o medo sobre algo pode mudar durante a vida e até mesmo serem aprendidos. O autor ressalta que, até os 18 meses de vida, poucas crianças sentem medo de animais e que esse sentimento surge a partir da capacidade de dedução, citando como exemplo, uma visita ao zoológico, onde as crianças percebem que os animais estão presos e deduzem que são perigosos, uma vez que, os animais domésticos ficam soltos.

Em estudo realizado por Hofstatter e Oliveira (2020), os autores destacam a importância da onça na manutenção dos ecossistemas e relatam um “duelo” entre o ser humano e esse animal, a partir de narrativas de moradores. Os moradores veem a onça como uma ameaça, tanto aos animais de criação, quanto às suas próprias vidas e o medo, sentimento dominante evocado na pesquisa, é resultante de fatos recentes ou de histórias passadas que se mantém na memória da comunidade. A partir dos resultados, os autores indicam a necessidade de ações de EA que valorize os aspectos sociais da comunidade, construindo com os sujeitos uma desmistificação em relação ao repúdio, de forma dialógica, levando em conta suas experiências e gerando autonomia aos indivíduos.

A presente pesquisa segue os pressupostos indicados pelos autores citados acima, e concorda com a necessidade de elaboração de ações educativas, pautadas na realidade dos moradores do entorno do PNI e acredita que o PPPEA irá se tornar um importantíssimo documento na sensibilização e conscientização dos indivíduos para as ações de preservação da UC e de questões ambientais em geral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sentidos, as experiências e a memória moldam a percepção dos indivíduos em relação a um local. Com essa pesquisa, evidenciamos que, diante da complexidade do ser humano, muitos sentimentos se sobrepõem nas narrativas de um mesmo sujeito, sejam eles topofílicos ou topofóbicos.

É importante destacar que a transcrição das falas apresentadas nos resultados, trouxeram subsídios para a discussão, mas não representaram a exaustividade de todos os sentimentos apresentados e dispostos nos quadros, uma vez que, no levantamento das unidades de sentido e do nº de registro foram consideradas as ausências e presenças do vivido, que só são encontradas na procura do que não está aparente, buscando uma tradução genuína da experiência e dos sentimentos vividos pelos participantes.

Este estudo ratificou que os moradores do entorno do PNI apresentam muito mais sentimentos de topofilia do que topofobia, sendo que, as 21 unidades de sentido topofílicas foram registradas 336 vezes nas narrativas, contra 38 registros nas 5 unidades de sentido topofóbicas, demonstrando que a maioria dos participantes representa o Parque de forma positiva. Porém, ainda são necessárias muitas ações no território, buscando a mitigação de conflitos e um maior envolvimento da população nos processos de gestão da unidade.

Esperamos que os resultados apresentados forneçam subsídios para a elaboração das ações educativas futuras do território e contribuam para a implementação do PPPEA - PNI. Para além, ressaltamos a necessidade de mais estudos de percepção ambiental, ligados aos sentimentos e à evocação da memória, buscando a compreensão dos indivíduos que vivem e interagem com um determinado ambiente.

5 REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, G. K.; OMOTO, J. A.; ARAUJO JUNIOR, J. J.; RAMOS, L. M. M. (org.). **Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Brasília: ESMPU, 2019. 188 p.

ALVES, M. F. S.; BUFFON, A. D.; NEVES, M. C. D. A fenomenologia como uma abordagem metodológica In: MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. C. (org.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. Maringá: Massoni, 2021. p. 220-252.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008. p. 17-35. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.

BECK, C. G.; PEREIRA, R. C. F.. Environmental concerns and conscious consum: mine, yours and our interests. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p. 51-78, 1 dez. 2012.

BERTRAND, A.; GARCIA, J. C.; BAPTISTON, I. C.; ESTEVES, E.; NAUDERER, R. Caracterização Preliminar de Caça Furtiva no Parque Nacional do Iguaçu (Paraná). **Biodiversidade Brasileira**, v. 8, n. 1, p. 19-34, 2018.

BORBA, R.; CUNHA, M. B.; XAVIER, M. M. O Parque Nacional do Iguaçu e a Educação Ambiental: uma trajetória a ser contada. **Revista Latino-Americana de Estudos Avançados**, v. 1, n. 2, p. 118-134, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Institui o novo código florestal brasileiro. Brasília, DF, 2012.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.. Significado de morar e viver numa Unidade de Conservação. In: HIGUCHI, M. I. G.; FREITAS, C. C.; HIGUCHI, N. **Morar e viver em Unidades de Conservação no Amazonas**: considerações socioambientais para os planos de manejo. Manaus: Repositório Inpa, 2013. p. 189-212.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Pórtico, 1962. 305 p. Tradução de Raul de Polillo.

CARVALHO, E. K. M. A.; SILVA, M. M. P.; CARVALHO, J. R. M. Percepção ambiental dos diferentes atores sociais de Vieirópolis, PB. **Qualit@S Revista Eletrônica**, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2012.

CIDREIRA-NETO, I.; RODRIGUES, G. G. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 6, n. 2, p. 142-156, 12 dez. 2017.

COAD, L.; WATSON, J.; GELDMANN, J.; BURGESS, N. D.; LEVERINGTON, F.; HOCKINGS, M.; KNIGHTS, K.; MARCO, M.I. Widespread shortfalls in protected area resourcing undermine efforts to conserve biodiversity. **Frontiers In Ecology And The Environment**, v. 17, n. 5, p. 259-264, 2019.

DETONI, A. R. A organização dos dados da pesquisa em cena: um movimento possível de análise. In: BICUDO, M. A. V. (Org). **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

DEUS, J. A. S.; NOGUEIRA, M.; ALVES, R. C. Homem, lugar e paisagem - topofilia e topofobia: reflexões sobre o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina-MG. **Caminhos da História**, v. 18, n. 1, p. 13-16, 2013.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2008.

DUDLEY, N. (Ed.). **Guidelines for applying protected area management categories**. IUCN, 2008.

ERHABOR, N. I.; OVIAHON, C. Relationship between Family Functioning and Environmental Attitudes on the Environmental Behaviours of Students in a Federal University in Edo State, Nigeria. **European Journal Of Sustainable Development Research**, v. 2, n. 3, p. 1-5, 2018.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J.; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S.T. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. **Encontro da ANPPAS**, v. 2, p. 26, 2004.

FONSECA, M.; LAMAS, I.; KASECKER, T. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil**, v. 39, p. 18-23, 2010.

FRIEDE, R. Aumento populacional e degradação ambiental: a conta que não quer fechar. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, n. 84, p. 133-146, 2022.

GADOTTI, M. **Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional**. Brasília: Conae, 2014.

GARCÍA-FRAPOLLI, E.; AYALA-OROZCO, B.; OLIVA, M.; SMITH, R. Different Approaches Towards the Understanding of Socio-Environmental Conflicts in Protected Areas. **Sustainability**, v. 10, n. 7, p. 2240, 29 jun. 2018.

HALFACRE, A. Nostalgia as a catalyst for conservation in the Carolina Lowcountry. **Journal of Environmental Studies and Sciences**, v. 6, n. 4, p. 774-778, 2015.

HOFSTATTER, L. J. V.; OLIVEIRA, H. T. A memória e o autoconhecimento nas vivências ambientais urbanas enquanto proposta educativa. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 14, n. 2, p. 132-149, 2019.

HOFSTATTER, L. J. V.; OLIVEIRA, H. T. Caminhos educativos para um melhor convívio entre humanos e onças. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 22, p. 1-23, 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Instrução Normativa nº 19 de 10 de dezembro de 2018**. ISSN 1677-7042 N° 239, quinta-feira, 13 de dezembro de 2018a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília. 2018b. 57 p.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Plano de Uso Público do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília, 2020. 51 p.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p.309-335, 2011.

LOPES, T. S.; ABÍLIO, F. J. P. Educação Ambiental Crítica: (re)pensar a formação inicial de professores/as. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea)**, v. 16, n. 3, p. 38-58, 2021.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação. **Práxis**, v. 1, p. 35-42, 2008.

MARQUES, A.; AMORIM, R.; MESQUITA, N.; FONTENELE, F.; PEREIRA, M.; MOREIRA, T. Significados atribuídos à percepção de ser-estomizado-no-mundo. **Estima**, Brazilian Journal Of Enterostomal Therapy, p. 1-8, 2018.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 291 p.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 662 p. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994. p. 9-29.

PINTO, V. P. S.; GUIMARÃES, M. A Educação Ambiental no contexto escolar: temas ambientais locais como temas geradores diante das questões socioambientais controversas. **Revista de Geografia**, v. 7, n. 2, p. 149-162, 2017.

QUINTAS, J. S. Educação na Gestão Ambiental Pública. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. v.2, Brasília: MMA, 2007. p. 131-142.

QUINTAS, J. S. Gestão ambiental pública. In: BOZELLI, R. L ; SANTOS, L. M. F. ; LOPES, A. F. ; LOUREIRO, C. F. B. (Orgs). **Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen**. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2010.

QUINTAS, J. S. PEA, DSP E Intencionalidade pedagógica: percepção ingênua ou desvelamento da realidade?. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v.11, n.2 , p. 36-45, 2016.

RUSCHEINSKI, A. Atores socioambientais. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. v.2, Brasília: MMA, 2007. p. 131-142.

SANTANDES, R.; OBARA, A. T. Trilhas interpretativas e Educação Ambiental em um Jardim Botânico do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 4, p. 481-501, 1 ago. 2022.

SANTOS, J. S.; LIMA, T. C. O elo entre a pessoa e o lugar: a afetividade, o sentimento de pertencimento e a memória dos moradores do povoado Baixão do Pará, município de Gonçalves Dias - MA. **Geografia: Publicações Avulsas, Teresina**, v. 2, n. 1, p. 274-291, 2020.

SANTOS, M. A. P. A percepção ambiental como ferramenta estratégica de gestão em Unidades de Conservação. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v. 8, n. 13, p. 42-50, 2020.

SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. Democracia participativa e participação pública como princípios do Estado Socioambiental de Direito. **Revista de Direito Ambiental**, n. 73, 2014.

SCHULTZ, P. W. New Environmental Theories: empathizing with nature. **Journal Of Social Issues**, v. 56, n. 3, p. 391-406, jan. 2000.

SILVA, G. O. B.; OLIVEIRA, F. H.; MELLO, R. Social and environmental conflicts and their relationship with the reclassification and downgrading of conservation units. **Brazilian Journal Of Development**, v. 7, n. 7, p. 67538-67558, 2021.

SILVA, K. C.; SAMMARCO, Y. M. Relação ser humano e natureza: um desafio ecológico e filosófico. **Revista Monografias Ambientais**, v. 14, n. 2, p. 01-12, 19 maio 2015.

SILVA, T. S.; CÂNDIDO, G. A.; FREIRE, E. M. X. Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma Estação Ecológica da caatinga nordestina por populações do seu entorno. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 21, n. 2, p. 23-37, 2009.

SOUZA, C.; MOREIRA, V. Tristeza, depressão e suicídio melancólico: a relação com o Outro. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 173-185, 2018.

TAMAIIO, I, LAYRARGUES, P. P. Quando o parque (ainda) não é nosso: educação ambiental, pertencimento e participação social no Parque Sucupira, Planaltina (DF). **Espaço & Geografia**, v.17, 145-182, 2014.

TAM, K-P.; CHAN, H-W. Generalized trust narrows the gap between environmental concern and pro-environmental behavior: multilevel evidence. **Global Environmental Change**, v. 48, p. 182-194, jan. 2018.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 250 p. Tradução de Livia de Oliveira.

TUAN, Y. F. **Paisagens do medo**. São Paulo: Unesp, 2005. Tradução Livia de Oliveira.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VENCATTO, R. N. **“Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato”**: memórias dos desapropriados do Parque Nacional do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009). 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

VILELA, R. B.; RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. Os desafios do mestrado profissional em ensino na saúde: uso da nuvem de palavras no apoio à pesquisa qualitativa. **CIAIQ 2018**, v. 2, 2018.

ZHANG, X.; GONG, X.; JIANG, J. Dump or recycle? Nostalgia and consumer recycling behavior. **Journal Of Business Research**, v. 132, p. 594-603, ago. 2021.